
AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DA ANPED NO ANO DE 2011¹

Elenilson Evangelista Silva (UESB)²

Benedito Gonçalves Eugênio (UNICAMP/UESB)³

Resumo

Neste artigo, apresentamos os resultados do projeto denominado “Acesso e permanência dos estudantes dos meios populares no ensino superior”. Aqui são discutidas as perspectivas de abordagem do tema das ações afirmativas nos trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED, no ano de 2011. Os dados foram construídos por meio de uma pesquisa bibliográfica, do tipo estado do conhecimento. O texto está assim organizado: inicialmente, apresentamos a metodologia; na sequência, fazemos uma discussão sobre ações afirmativas e, finalmente, apresentamos os dados construídos.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Ensino superior. ANPED.

Abstract

This article presents the results of the project “Access and residence of students of popular media in higher education”. Are discussed the prospects of approach to the subject of affirmative action in the work presented in ANPED meetings in the year 2011. Data were constructed through a literature search, the type state of the art. The text is organized as follows: first present the methodology; in sequence, make a discussion on affirmative action and finally present the constructed data.

Keywords: Affirmative action. Higher education. ANPED.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi publicada em 2015, no XI Colóquio do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Professor dos anos iniciais do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Maetinga-Ba. Contato: lenepedagogo@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Licenciado em Letras pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: beneditoeugenio@bol.com.br

Introdução

A produção científica no Brasil tem na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sua principal agência de avaliação. Periódicos, livros e eventos passam por um processo rígido de avaliação e constituem parâmetros para as notas atribuídas aos Programas de Pós-Graduação (PPG).

Ao consultarmos a página da Capes, verificamos que todas as suas 48 áreas apresentam documentos que orientam cada PPG no que tange, dentre outros, à produção científica. No caso dos periódicos, a classificação do Qualis⁴, indicador empregado para aferir a qualidade da produção, leva em consideração uma série de elementos, todos indicados no documento de cada área.

Evidentemente, que a produção científica é construída num jogo de forças que irá constituir o campo científico, um verdadeiro mundo social, conforme nos mostrou Bourdieu (1983). Para este autor, o campo científico é definido pelos agentes que o compõem, pois “[...] os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes [...]” (2004, p. 25).

Morosini (2015), ao efetuar a discussão sobre o estado do conhecimento e campo científico, aponta a relevância desse tipo de estudo e, tomando alguns conceitos bourdieusianos, indica quatro elementos a serem considerados para a produção de estados do conhecimento, na área de Educação: políticas estatais, finalidades, qualidade interna e metodologia da prática. Esses elementos foram considerados em nossa investigação.

Já Pereira e Trivelato (2015, p. 45) pontuam a importância de pesquisas, como a do estado do conhecimento:

[...] através do levantamento, identificação e caracterização de uma dada produção científica pode-se contribuir com a divulgação e uma visão panorâmica do que se tem produzido num dado campo ou grupo de pessoas [...] apresenta(ndo) novas demandas para agendas de pesquisas futuras.

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa acerca do estado do

⁴ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados (CAPES, 2016).

conhecimento sobre as ações afirmativas no ensino superior no período 2007-2013, tomando como base as publicações apresentadas nas reuniões anuais e disponibilizadas na página da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), maior entidade educacional do país. Foram consultados e analisados os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Educação e Relações étnico-raciais. Por conta dos limites de espaço, aqui são discutidos os resultados referentes aos trabalhos apresentados no ano de 2011.

Com o levantamento, objetivamos construir o estado do conhecimento sobre a temática, aqui entendido como

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154)

Tal perspectiva é fundamental para possibilitar o avanço do conhecimento em determinada área do saber.

1 Materiais e método

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio do estudo de fontes bibliográficas. Para isso, em princípio, selecionamos os trabalhos apresentados e publicados nas reuniões anuais da ANPED no período compreendido entre 2007-2013⁵ que abordassem as ações afirmativas no ensino superior. Para a busca dos artigos foram definidos os seguintes descritores: políticas públicas, ações afirmativas, ensino superior, relações raciais. Os textos selecionados foram lidos na íntegra.

Santos (2010, p.70-71) assim define esse tipo de pesquisa:

A pesquisa bibliográfica oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas nas quais os problemas não se fixaram suficientemente. Tem como objetivo permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação. Assim, a pesquisa bibliográfica não é apenas a repetição do que foi publicado sobre determinado conteúdo, mas propicia o exame de um tema sob nova abordagem, chegando a conclusões inusitadas.

Traina e Traina Jr. (2009) consideram que a pesquisa bibliográfica pode ter três

⁵ Posteriormente, foi feita uma redução no período abarcado neste estudo, apenas para publicações de 2011.

objetivos. Segundo eles, os objetivos bem claros desencadeiam um trabalho bem-sucedido: portanto, fala-se do objetivo de identificar conceitos básicos, que é a busca por conteúdos importantes; fala-se do objetivo de identificar parceiros; neste caso, trata-se de autores e materiais que abordam a linha na qual o pesquisador estuda e o terceiro objetivo seria identificar a motivação, que é perceber a necessidade da comunidade acadêmica de um tema de relevância.

Pesquisa bibliográfica é aquela forma de investigação cuja resposta é buscada em informações contidas em material gráfico, sonoro ou digital, estocadas em bibliotecas reais ou virtuais (XAVIER, 2010). Esta pesquisa toma como método a revisão integrativa. Este método constitui-se, basicamente, como um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE). A PBE, cuja origem atrelou-se ao trabalho do epidemiologista Archie Cochrane:

[...] tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. Desde 1980 a revisão integrativa é relatada na literatura como método de pesquisa. (MENDES et al, 2008, p. 2)

Esta abordagem é mais utilizada na área da enfermagem e medicina para a verificação de evidência de resultados e “combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular” (SOUZA et al, 2010, p. 2). Mendes et al (2008, p. 4-6) e Souza et al (2010, p. 3-4) orientam como devemos desenvolver uma pesquisa usando este método. Para eles, há que se desenvolver em seis etapas.

Mendes et al (2008, p. 4-6) desenvolve as etapas da seguinte maneira:

Primeira etapa: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa: O processo de elaboração da revisão integrativa se inicia com a definição de um problema e a formulação de uma hipótese ou questão de pesquisa que apresente relevância; Segunda etapa: estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura: o revisor deve deixar claro quais são os critérios de inclusão e exclusão adotados para a elaboração da revisão; Terceira etapa: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos: consiste na definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, utilizando um instrumento para reunir e sintetizar as informações-chave; Quarta etapa: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa: equivalente à análise dos dados em uma pesquisa convencional; Quinta etapa: interpretação dos resultados discussão dos principais resultados na pesquisa convencional;

Sexta etapa: apresentação da revisão/síntese do conhecimento: Esta etapa consiste na elaboração do documento que deve contemplar a descrição das etapas percorridas pelo revisor e os principais resultados evidenciados da análise dos artigos incluídos.

As etapas acima descritas foram consideradas da seguinte forma no momento de elaboração do presente texto: 1) De que forma as pesquisas apresentadas nas Reuniões anuais da ANPED abordam a temática das ações afirmativas? Essa foi a questão que orientou a seleção dos materiais; 2) Estabelecimento dos critérios de inclusão dos textos selecionados: publicados nas reuniões realizadas no período 2007-2013, que precisavam abordar ações afirmativas no ensino superior; o público-alvo das ações afirmativas deveria ser negros e indígenas; 3) Leitura detalhada de cada texto selecionado e montagem de quadro-síntese com as seguintes informações: nome do autor, ano de publicação, objetivo, objeto, metodologia, conclusões; 4) Seleção e inclusão dos textos para a análise; 5) Análise dos textos selecionados à luz da bibliografia pertinente; 6) Elaboração do artigo com os resultados da análise.

No período investigado (2007-2013), foram apresentados um total de 19 trabalhos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Número de trabalhos do GT 21 por reunião

| Reunião da Anped/Ano | Quantidade de trabalhos |
|-----------------------------|--------------------------------|
| 30^a/2007 | 02 |
| 31^a/2008 | 02 |
| 32^a/2009 | 0 |
| 33^a/2010 | 0 |
| 34^a/2011 | 06 |
| 35^a/2012 | 05 |
| 36^a/2013 | 04 |

Fonte: Dados coletados pelos autores, a partir da pesquisa na ANPED

Os dados informados acima permitem a visualização de regularidade das pesquisas apresentadas sobre as ações afirmativas, particularmente a partir de 2010. Inferimos que a aprovação da Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade

Racial, pode ter contribuído para isso. Outro ponto a ser observado é que em 2010 já tínhamos muitas IES estaduais e federais com implementação de políticas de ações afirmativas das mais variadas formas (bônus no vestibular, cotas raciais, cotas sociais, reserva de vagas).

Apresentamos, a seguir, os títulos dos trabalhos apresentados na Anped, em 2011, selecionados para análise neste artigo.

Quadro 2 - Título dos trabalhos analisados

| Nº | Autor/Coautor | Título |
|-----------|--|--|
| 01 | BARBOSA, Valdeci Aparecida; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. | Programa de Integração e de inclusão étnico-racial: ações afirmativas na Unemat – uma questão de (re)educação. |
| 02 | BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa | A experiência dos estudantes africanos das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na universidade: encontros e (des)encontros. |
| 03 | DOEBBER, Michele Barcelos | Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da negritude: biopolítica, educação e a questão racial no Brasil |
| 04 | DE PAULA, Cláudia Regina | O caso do pré-vestibular para negros e carentes da Diocese de Duque de Caxias |
| 05 | LIMA, Sônia Filiú Albuquerque | Identidades/diferenças indígenas nas teias de um currículo universitário |
| 06 | MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira | A manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do Prouni |

Fonte: Dados coletados pelos autores, a partir da pesquisa na ANPED

2 Resultados e discussões

2.1 Situando o *locus* da pesquisa

Criada em 1978, a ANPED é uma sociedade civil sem fins lucrativos e é a maior associação de educação do país. Congrega sócios institucionais (programas de pós-graduação) e sócios individuais (professores, estudantes e pesquisadores de diferentes programas de pós-graduação da área de Educação), com o objetivo de fortalecer a pesquisa e a pós-graduação nesse setor. Organiza-se em 24 Grupos de Trabalhos (GT). Estudos como o aqui apresentado, ao analisar as produções disponibilizadas no site da ANPED, contribuem para verificar de que forma determinada temática vem sendo discutida pelos pesquisadores do campo da educação.

O GT 21 foi criado em 2001, com o nome de Afro-brasileiros e Educação. A mudança para o nome atual (Educação e Relações Étnico-Raciais) veio em 2006, o que nos faz inferir tratar-se de uma estratégia no campo da produção científica que o aproxime da educação e distancie das ciências sociais. Santos (2015, p. 41), ao analisar a mudança de nomenclatura do GT, aponta que “tais mudanças anunciam um movimento interno de ordem tanto política, quanto epistemológica entre os integrantes do GT, objetivando ampliar o seu alcance para o recebimento de trabalhos que também abordam a temática indígena”.

2.2 Ações afirmativas: algumas considerações

Sabemos que o racismo gerou e tem gerado grandes consequências para os negros. É com essa compreensão que as políticas de ações afirmativas são cada vez mais necessárias, tendo em vista que:

As ações afirmativas visam promover a maior diversidade social de grupos sub-representados em certas situações sociais. Identificando três inspirações na defesa de ações afirmativas - uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva. Silvério (2003) destaca que elas visam ao tratamento diferenciado de um grupo social. As ações afirmativas teriam assim, como objetivo, tanto a igualdade de oportunidades como o combate às desigualdades não justificáveis, garantindo a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social, denunciando e desnaturalizando a posição subordinada de determinados

grupos sociais. (GOMES, 2008, p. 141)

Segundo Salvador (2011), a ação afirmativa se justifica por meio da “reparação, diversidade e justiça social”. Esta autora traz também a experiência brasileira sobre as Ações Afirmativas, apontando a década de 1990 como um marco histórico e enfatizando que naquele momento de discussão o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, no seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos constitucionais”, reconhecia o Brasil como um país racista.

Penha-Lopes (2013, p.18) destaca a importância do movimento negro na luta pelo combate ao racismo, influenciando significativamente para a adoção de cotas entre as décadas de 1990 e 2000. Nesse sentido, aponta que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram tomados alguns encaminhamentos, como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra e a realização do seminário internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos. Já no Governo Lula houve uma série de avanços no tocante à temática, como a Lei 10639/03, a Lei 12.288/10 e o PROUNI.

Outro ponto a ser considerado na discussão das ações afirmativas é o papel de pressão que o movimento negro exerce sobre o Estado brasileiro, cobrando soluções das autoridades, organizando seminários sobre o tema, produzindo conhecimento por meio de pesquisas/diagnósticos sobre a situação da população negra no acesso ao ensino superior, dentre outros. Vale lembrar que isso não se dá de forma pacífica, pois há quem seja contra as políticas de ação afirmativa. Segundo Penha-Lopes (2013) e Jaccoud (2008), os opositores às cotas vão dizer que o ensino superior será prejudicado com a entrada de pessoas mal preparadas. Em contrapartida a essa visão racista, os favoráveis acreditam que:

As universidades têm assumido a posição de que a discriminação racial opera com fator específico de exclusão, devendo ser combatida por medidas específicas de inclusão e integração racial e social. Tem buscado, assim, ampliar as oportunidades de jovens negros qualificados e ao mesmo tempo muda o perfil do alunado. (JACCOUD, 2008, p. 151)

Segundo Medeiros e Vieira (2012), tanto o setor público, quanto o privado podem se valer das ações afirmativas visando à redução de desigualdade entre raça, gênero, geração e outros marcadores sociais da diferença. Notamos que diante das

desigualdades, essas políticas visam à equidade, haja vista que a Constituição de 1988 aponta a igualdade como princípio do Estado Brasileiro. Por outro lado, sabemos que isso só consta no papel, pois há vários grupos que são historicamente excluídos; portanto, é nessa perspectiva que “o Estado passaria a exercer uma função ativa a fim de promover maior equidade e justiça entre os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade” (MEDEIROS; VIEIRA, 2012, p. 187).

Com as ações afirmativas, percebemos quão diversa e plural é a nossa sociedade. Medeiros e Vieira (2012) chamam atenção que não vivemos em uma sociedade homogênea e que na diferença não há sujeito melhor ou pior do que o outro. Ainda discutindo sobre as ações afirmativas, esses autores pontuam que no Brasil o ensino superior é o principal alvo dessas políticas, sendo que UERJ e a UENF foram pioneiras nesse processo. São exemplos dessas políticas a reserva de vagas para estudantes, indígenas, as cotas raciais, o bônus nas provas dos vestibulares e vagas suplementares (MEDEIROS; VIEIRA, 2012). Estudando sobre o histórico das políticas de ação afirmativa, esses autores pontuam que elas começaram há muito tempo, nos Estados Unidos e na Índia.

No Brasil, as cotas raciais não são vistas com bons olhos por muitas pessoas. Assim, Medeiros e Vieira (2012, p.199) fazem alguns questionamentos, visto que para os outros tipos de cotas não se criou tanta controvérsia, como a reserva de um percentual de vagas para candidaturas das mulheres em todos os partidos políticos e a reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por exemplo. O grande embate se deu quando a proposta foi instituir cotas para negros acessarem o ensino superior, evidenciando, assim, o quanto a questão racial é nevrálgica entre nós.

As políticas promotoras de igualdade no ensino superior trouxeram grande polêmica à sociedade brasileira no que tange às cotas raciais devido, principalmente, à crença do mito da democracia racial. Medeiros e Vieira (2012) entendem que as ações afirmativas implantadas tanto nos EUA e Índia, como no Brasil, são uma forma de redução das desigualdades. Para Jaccoud (2008, p. 48), “as chamadas ações afirmativas, por seu lado, engendram um conjunto diferenciado de medidas que têm por objetivo igualar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais”.

Estas políticas tornam-se necessárias na sociedade contemporânea e

democrática, pois sabemos que a população negra e indígena sofreu e ainda passa por um longo processo de exclusão. Portanto, resta à sociedade entender que os movimentos sociais lutam em pé de igualdade pela democracia e justiça social. Ao mesmo tempo, Medeiros e Vieira (2012, p. 203) afirmam que:

As revoluções liberais, democráticas e burguesas dos fins do século XVIII consagraram a tríade igualdade, liberdade e fraternidade, e puderam transnacionalizar estes valores; as sociedades – inicialmente no Ocidente e a partir da segunda metade do século XX em todo o globo – tidas como desenvolvidas, civilizadas, adotaram como um dos parâmetros de mensuração para esta escala, o grau de enraizamento desses valores, orientados pela universalização das políticas públicas, e a entronização do cidadão no interior do modelo.

Ao olhar para o passado, nos bancos da universidade via-se a cor de quem estava lá – majoritariamente os brancos. Em 1970 os estudos sobre as relações raciais começam a denunciar essas disparidades. Nesse viés, as ações afirmativas buscam tratar os indivíduos como iguais, mas sem perder de vista a diferença como uma categoria a ser considerada.

É importante pontuar a existência, no Brasil, de diversas ações afirmativas implantadas desde o século XX, tais como o Decreto-Lei nº 5.52, de 1º de maio de 1943 que previa cotas de dois terços de vagas em empregos para trabalhadores brasileiros; a Lei 5.465 de julho de 1960 que garantia 50% das vagas para estudantes filhos de agricultores; as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e nº 8.213 de 24 de julho de 1991 que reservavam 20% para pessoas com deficiências entrarem no mercado de trabalho; a Lei 9.029 de 13 de abril de 1995 que proíbe comprovação de gravidez no mercado de trabalho; a Lei 9.504 de 30 de dezembro de 1997 que reserva vagas para mulheres nas candidaturas partidárias; a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente; a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso e Lei nº 12.288 de 20 de junho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial (MEDEIROS; VIEIRA, 2012, p. 208-9).

Vários países têm a experiência de ações afirmativas, a saber: África do Sul, Canadá, Alemanha, Espanha, Finlândia, Suécia, Bulgária, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e os países da América Latina. No Brasil, como a discussão acerca das ações afirmativas vem sendo efetuada na produção das pesquisas realizadas no ensino superior? É a essa questão que nos dedicamos a seguir.

2.3 A produção brasileira sobre ações afirmativas: análise dos artigos selecionados

Neste tópico, passamos a discutir os artigos selecionados. Importa salientar que nem todos os textos tocam diretamente na questão das ações afirmativas. Em alguns deles a temática é tangenciada e foram selecionados porque temos uma concepção ampliada de ação afirmativa, compreendendo-a para além do ingresso e permanência no ensino superior. A Lei 10.639/03 e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo, são por nós compreendidas como políticas afirmativas.

O artigo “Programa de integração e de inclusão étnico-racial: ações afirmativas na Unemat – uma questão de (re)educação”, de Valci Aparecida Barbosa e Elizeth Gonzaga dos Santos Lima (2011), tem como objetivo compreender a implementação do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial – PIIER no período compreendido entre 2005 a 2008. Para a realização da pesquisa as autoras aplicam questionários e entrevistas.

As autoras pontuam que as políticas públicas referentes às cotas sempre geram polêmicas, pois há quem defenda somente as cotas sociais, acreditando que as raciais são inconstitucionais. Assim, as autoras recorrem a Sales (2003) para afirmar que “o problema é que, no Brasil, não se assume que as desigualdades sociais têm um fundamento racial, que influi de maneira decisiva nas variações dos indicadores relativos à renda, à educação e à saúde da população brasileira”.

Mas, ainda assim, atualmente tem havido muitos ganhos no que se refere à promoção da igualdade racial, como por exemplo a criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos), SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e o Estatuto da Igualdade Racial.

As autoras perceberam que havia uma polêmica acerca do PIIER; isso ficou evidente com os dados do questionário aplicado a docentes e discentes. Barbosa e Lima (2011, p. 14) mostram um percentual expressivo de docentes (44,4%) e de discentes não cotistas (32,2%) que, pesquisados, entendem o PIIER como uma forma de discriminação étnica e racial. Cabe registrar que 8,1% dos discentes cotistas também compartilham dessa opinião. Quando a pesquisadora solicitou para os estudantes

opinarem, 25,8% ficaram calados, o que evidencia uma não aprovação do programa; quando questionados se o programa oferece oportunidade e igualdade de inclusão social, 36,6% responderam que sim.

As autoras concluem que há um preconceito cultural e histórico e isso influencia os programas de ação afirmativa; para mudar esse quadro, é preciso fazer discussões educativas sobre o preconceito racial, com o intuito de sensibilizar para a importância de o negro ter seu direito garantido.

O artigo “Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da negritude: biopolítica, educação e a questão racial no Brasil”, de Michele Barcelos Doebber (2011, p. 01), objetiva “evidenciar as políticas afirmativas no ensino superior como resultado de um processo histórico que busca o reconhecimento das populações através de práticas de in/exclusão”.

Para a realização dessa pesquisa, a autora propôs a seguinte metodologia:

Apresento o texto em três momentos. No primeiro, retomo o discurso eugênico muito presente no início do século XX e busco entender a lógica de poder existente neste período ligada ao trato das questões raciais. Em seguida, realizo um recuo histórico de modo a entender as práticas governamentais em relação à educação da população negra e as ênfases dadas em cada período, ora buscando o controle da população através da exclusão, ora através de práticas consideradas inclusivas. Na terceira e última sessão, discuto as políticas afirmativas no ensino superior em voga na atualidade entendendo-as como resultados de um processo histórico de mobilização dos movimentos organizados, em especial o Movimento Negro, bem como efeito da racionalidade atual que busca através da inclusão governar os indivíduos visando que estes se tornem participantes do contexto econômico e a diminuição do risco social. As análises empreendidas foram realizadas através de pesquisa sobre o acesso e a permanência de estudantes autodeclarados negros ingressantes pelo sistema de reserva de vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (DOEBBER, 2011, p. 2)

A autora discute sobre a política eugênica durante o século XIX. Depois dessa discussão, Doebber faz uma análise de alguns aspectos do Programa de Ações Afirmativas instituído pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir do vestibular do ano de 2008, cujo objetivo foi “investigar o ingresso e a permanência de estudantes negros na UFRGS através do sistema de reserva de vagas, analisando as práticas de acompanhamento, de apoio e assistência em dois cursos de graduação: Pedagogia e Engenharia Elétrica” (DOEBBER, 2011, p. 8).

Doebber entende que se faz importante a implantação desse programa dentro de uma universidade pública para a inserção da população negra. Depois das cotas,

houve um aumento significativo de negros na UFRGS, “em 2007, dos estudantes provenientes de escola pública autodeclarados negros inscritos no concurso vestibular, 3,27% foram aprovados. Já em 2008, esse percentual aumentou para 11,03%; e em 2009 ficou em 9,8%” (DOEBBER, 2011, p. 9).

No entanto, no que tange à permanência, a UFRGS, segundo Doebber (op. cit.), considera o negro como diferente só no momento de ingresso, depois torna os estudantes negros iguais dentro de uma política homogênea. A autora percebe uma subutilização do sistema de reserva de vagas e pouco acesso a alguns cursos. Devido a isso, afirma que há uma exclusão dentro da inclusão, levando-a ao seguinte questionamento: “De que valerá a inclusão se ela não constituir, ao mesmo tempo, um ato de resistência? A diferença está fadada a não fazer diferença alguma?” (DOEBBER, 2011, p. 155).

O artigo “O caso do pré-vestibular para negros e carentes na diocese de Duque de Caxias”, de Cláudia Regina de Paula (2011) aponta que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por lutas dos movimentos sociais em prol de políticas públicas; no entanto, logo foi reprimida pela ditadura militar. Mas nos anos 1970 e 1980, esses movimentos voltam a se manifestar, contando com o apoio da Igreja Católica.

De Paula (2011) realiza seu estudo na Baixada Fluminense e demonstra o importante papel da igreja, orientada pela Teologia Negra da Libertação (oriunda da Teologia da Libertação) para a concretização do curso pré-vestibular para os negros, com intuito desses terem acesso à universidade.

O artigo “A manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do Prouni”, de Eugenia Portela de Siqueira Marques (2011) aborda o Prouni como uma política de ação afirmativa para assegurar o acesso de alunos das camadas populares (precisamente os negros) ao ensino superior. O texto traça um percurso histórico sobre os estudos raciais no Brasil, a partir do Projeto UNESCO. Dito isso, a autora recorre a Oracy Nogueira para afirmar que o preconceito racial no Brasil é “de marca”: “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque” (NOGUEIRA, 1985, p. 4). Para Marques, quando foram instituídas as cotas, esse preconceito tornou-se mais evidente.

Para a realização de sua pesquisa, Marques entrevistou 31 alunos num Centro Universitário e numa Universidade de Campo Grande, a partir das seguintes questões: a) Você já foi vítima de discriminação racial na sociedade ou na Universidade? b) Em relação ao mercado de trabalho você enfrentou alguma dificuldade por causa de seu pertencimento racial? Os dados foram organizados nas seguintes categorias: 1) alunos que sofreram discriminação racial; 2) Alunos que não sofreram discriminação; 3) alunos que não identificaram ou não consideraram as atitudes discriminatórias. A pesquisadora constata que os alunos bolsistas negros sofrem duplo preconceito: o de classe e o de raça.

O que se percebe também é que o preconceito se manifesta de uma forma velada: quem o pratica e quem o recebe, muitas vezes, encara como uma brincadeira, presentes em falas dos entrevistados, tais como “Quando alguém erra, a gente fala que isso é coisa de preto, passa a utilizar a frase por brincadeira e não considero como preconceito”; “Olha você é do Prouni, tem que estudar, tem que fazer mais do que os outros”. A autora conclui que há múltiplas desigualdades na sociedade brasileira, compreende a necessidade de políticas compensatórias e distributivas e questiona “até que ponto as políticas implementadas por governo democrático capitalista atendem dignamente as reivindicações da população negra?” (MARQUES, 2011, p. 15).

O artigo “A experiência dos estudantes africanos das comunidades dos países de língua portuguesa (CPLP) na universidade: encontros e (des)encontros”, de Maria Aparecida Santos Correa Barreto (2011), aborda o Programa de Estudantes Convênio de Graduação PEC-G, destinado a estudantes estrangeiros que falam a Língua Portuguesa e que vêm estudar no Brasil. Foram selecionados 293 alunos para a pesquisa.

A autora informa que a UFES, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), criou um projeto chamado “Bem-vindos” para recepcionar os alunos. Estes estudantes preferem estar no Brasil por conta da língua portuguesa e da relação com o continente africano. Mas ainda assim eles sentem dificuldades com a língua falada no Brasil.

A língua ora aproxima, ora cria abismos. Mesmo tendo escolhido o Brasil pela facilidade e semelhança quanto ao português, o discurso de alguns estudantes na referida IES sobre a dificuldade em escrever um português “correto” nos trabalhos e nas provas foram repetidamente evocados durante a pesquisa. (BARRETO, 2011, p. 5)

Os discentes também relataram se sentir chocados ao perceber que no Brasil há um grande preconceito, conforme relatos abaixo presentes no texto:

[...] Nem no ponto de ônibus podemos ficar, se eu fico muito tempo parado dá problema. Principalmente no caixa, quando eu vou sacar dinheiro. Então é muito difícil (N., Angola).

[...] uma vez ele e um outro colega estavam em um ponto de ônibus, tinha umas meninas que gritaram com medo quando nos viram e veio a polícia (V., Cabo Verde).

[...] eles sempre têm que andar de relógio e de óculos, negro de óculos é porque é intelectual, porque eles olham você, uma pessoa de óculos de grau e não é visto como bandido, de grau é porque é intelectual, e depois que colocou aparelho [ortodôntico] já não tem tanto problema (F., São Tomé). (BARRETO, 2011, p. 5)

A autora traz uma discussão acerca do estrangeiro em diáspora. Para isso, recorre a Stuart Hall. Barreto conclui que o PEC-G é uma política de inclusão e ação afirmativa no ensino superior.

O artigo “Identidades/diferenças indígenas nas teias de um currículo universitário”, de Sônia Filiú Albuquerque Lima, teve como objetivo “ouvir os acadêmicos e ex-acadêmicos indígenas sobre suas histórias, impressões, marcas, perspectivas e desilusões, enfim, as relações vivenciadas na/com a universidade” (LIMA, 2011, p. 5).

Foram entrevistados sete discentes indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A pesquisa evidencia que há um elevado número de desistência desses estudantes, ao mesmo tempo em que eles afirmam passar por processos discriminatórios no interior da universidade pelo fato de ser índio e cotista, como aponta o depoimentos abaixo, presente no texto.

Igual o Lucas falou, também, muitas vezes, logo no primeiro ano eles falavam pra nós: ah é índio, é da cota, não têm a capacidade que a gente tem, é... índio! Está dentro da universidade... só passou pela cota, é mais fácil do que a gente que veio pela geral. Eles falavam isso pra gente no primeiro ano. (LIMA, 2011, p. 8).

Considerações finais

Neste artigo trouxemos alguns dados da pesquisa que estamos realizando acerca das ações afirmativas no ensino superior, apontando o que os trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Anped têm abordado. Todos os textos analisados

permitem afirmar o quanto estudos sobre essa temática são necessários, principalmente no atual contexto, em que temos instrumentos legais que implementaram ações afirmativas para grupos étnicos e sociais historicamente excluídos das políticas sociais, a exemplo de negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência.

Os textos selecionados nos permitem concluir que as pesquisas em curso recorrem à abordagem qualitativa da pesquisa, geralmente estudos do tipo exploratório ou estudo de caso. Ainda carecemos de investigações quantitativas e que comparem diversas facetas das ações afirmativas em diferentes Instituições de Ensino Superior, sem desconsiderar, evidentemente, as características da política implementada.

Referências

BARBOSA, Valci Aparecida Elizeth; LIMA, Gonzaga dos Santos. PIIER - Programa de integração e de inclusão étnico-racial: ações afirmativas na Unemat. **Série Estudos UCDB**, n. 32, jul./dez. 2011.

BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. A experiência dos estudantes africanos das comunidades dos países de Língua Portuguesa (CPLP) na universidade: encontros e (des)encontros. In: **34ª Reunião anual da Anped**, Educação e Justiça social, Natal/RN, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CAPES, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. **Qualis**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/%20content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DE PAULA, C. R. O caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Diocese de Duque de Caxias, jornal Pilar, 1990. In: **34ª Reunião anual da Anped**, Educação e Justiça Social, Natal/RN, 2011.

DOEBBER, Michele Barcelos. Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da

negritude: biopolítica, educação e questão racial no Brasil. In: **34ª Reunião anual da Anped**, Educação e Justiça Social, Natal/RN, 2011.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ação Afirmativa – políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: JACCOUD, Luciana et al. (Org). **As políticas públicas e a desigualdade no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008.

LIMA, Sônia Filiú Albuquerque. Identidades/diferenças Indígenas nas Teias de um Currículo Universitário. In: **34ª Reunião anual da Anped**, Educação e Justiça Social, Natal/RN, 2011.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. A manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do Prouni. In: **34ª Reunião anual da Anped**, Educação e Justiça Social, Natal/RN, 2011.

MEDEIROS, Priscila Martins; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos; Ação afirmativa no Brasil e no mundo: notas para um debate em curso. In: SILVEIRO, Valter Roberto et al. **Relações étnico raciais: um percurso para educadores**. - São Carlos: EDUFSCar, 2012.

MENDES, K. D. S. (et al). Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, nº 17, vol. 4, p. 758-64, 2008.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento e questões do campo científico. **Educação Santa Maria**, vol. 40, nº 11, p. 101-116, 2015.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, nº 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

NOGUEIRA, Oracy (Org.). **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PENHA-LOPES, Vânia. **Pioneiros: cotistas na Universidade Brasileira**. Jundiaí: Ed. Paco, 2013.

PEREIRA, Marsilvio G.; TRIVELATO, Sílvia L. F. Investigação em ensino de Ciências e Biologia: uma análise a partir de dissertações e teses produzidas no contexto

de um grupo de pesquisa. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 8, nº 16, p. 37-50, 2015.

SALVADOR, Andrea Clappe. **Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros no Rio de Janeiro**: Editora PUC Rio, 2011.

SANTOS, Airá Manuel Santana dos. **Metodologia do trabalho científico**. Salvador: Faculdade da Cidade Digital, 2010.

SANTOS, Cristiane V. B. **Sentidos atribuídos a categorias do campo das relações étnico-raciais no âmbito de currículo e práticas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações Afirmativas**. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Marcela Tavares de (et al). Revisão integrativa: o que e como fazer. **Einstein**, nº 8, p.102-106, 2010.

TRAINA, Agma Juci Machado; TRAINA Jr., Caetano. **Como fazer pesquisa bibliográfica**, volume 2. São Carlos: SBC Horizontes, 2009.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer a apresentar trabalhos científicos**. Recife: Rêspel, 2010.

Recebido em: 20/12/2016

Aceito em 30/01/2017